



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 18/2019

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 18/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO (SEI) 0000963-82.2019.6.22.8000

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, E A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO**, OBJETIVANDO A COMUNHÃO DE ESFORÇOS PARA A REALIZAÇÃO DA REVISÃO DO ELEITORADO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO E DISTRITO DE SANTANA DO GUAPORÉ/RO.

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 22.855.167/0001-77, com sede na Avenida São Paulo, n. 1490, Bairro Cristo Rei, CEP: 76.932-000, em São Miguel do Guaporé/RO, Telefone(s): (69) 3642-2350, E-mail(s): gabinetesmg@gmail.com, neste ato representada pelo senhor Prefeito **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG 1547202 – SSP/RO e CPF 326.946.602-15, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante autorização constante no Despacho 1212/2019/GABDG, de 27/03/2019, e de consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a comunhão de esforços para a realização de revisão do eleitorado no município de São Miguel do Guaporé – RO e no Distrito de Santana do Guaporé - RO, objetivando o atendimento ao eleitor com coleta de dados biográficos e biométricos no município referido, com assunção de responsabilidades próprias de cada parte integrante do presente instrumento, a serem definidas nas respectivas obrigações descritas a seguir.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-RO

São obrigações do TRE-RO:

1. Disponibilizar servidores capacitados para a realização dos trabalhos de Revisão do Eleitorado;
2. Disponibilizar material de divulgação da revisão eleitoral, a exemplo de cartazes, “spots” panfletos, entre outros, bem assim de toda comunicação social relacionada ao cadastramento biométrico;
3. Colocar à disposição da Central de Atendimento, serviços, materiais, inclusive de informática, ações e iniciativas que venham contribuir para a melhoria do atendimento ao eleitor;
4. Disponibilizar e manter em perfeitas condições de funcionamento os Kit’s Biométricos e todos os equipamentos e sistemas de informação necessários à adequada prestação dos serviços específicos de sua responsabilidade;
5. Disponibilizar identificação aos servidores envolvidos no trabalho objeto deste instrumento;
6. Disponibilizar circuito de comunicação de dados (link dedicado) que viabilize o atendimento *on-line*;
7. Acompanhar e controlar as ações para que os serviços sejam executados com eficiência, eficácia e efetividade; e
8. Arcar com os recursos financeiros para custear despesas diretas envolvendo a revisão do eleitorado no Município referido, dentro de sua respectiva competência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

São obrigações da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO:

1. Ceder para fins de auxílio à Revisão Biométrica no Distrito de Santana do Guaporé/RO, com data provisória de 25/06/2019 a 12/07/2019 (14 dias úteis) na Escola Primavera, localizada na Rua Jacarandá, s/nº, CEP.: 76.932-000, no Distrito de Santana do Guaporé, 2 (dois) servidores do seu quadro, que tenham afinidade com a área de atendimento ao público externo e que exercerão sua jornada de trabalho no local da biometria, com ônus para Prefeitura e sem ônus para a Justiça Eleitoral;
2. Ceder para fins de auxílio à Revisão Biométrica em São Miguel do Guaporé/RO, no período de 22/07/2019 a 20/09/2019 (45 dias úteis) no Fórum Eleitoral de São Miguel do Guaporé/RO - Avenida Cacoal, 965, Bairro Cristo Rei, CEP 76.932-000, São Miguel do Guaporé/RO, 2 (dois) servidores do seu quadro, que tenham afinidade com a área de atendimento ao público externo e que exercerão sua jornada de trabalho no local da biometria, com ônus para Prefeitura e sem ônus para a Justiça Eleitoral;
3. Durante o período da cessão, os servidores cedidos atuarão sob supervisão da Chefia de Cartório Eleitoral, ou quem lhe substitua, mas sem vínculo, seja celetista ou estatutário, com a Justiça Eleitoral. Qualquer irregularidade na conduta do servidor cedido deverá ser comunicada ao chefe do setor respectivo na Prefeitura que tomará as providências necessárias;
4. Dentro da sua jornada legal, o servidor cedido deverá obedecer ao horário designado pela Chefia de Cartório Eleitoral durante o expediente, que na Biometria será das 8h às 17h;
5. O registro da jornada poderá ser feito por folha de frequência manual, frequência biométrica ou qualquer outro meio idôneo que comprove o horário de chegada e saída do servidor cedido;
6. Mensalmente, a Chefia de Cartório Eleitoral deverá encaminhar a folha de frequência do servidor cedido, em data a ser designada pelo setor de Recursos Humanos, ou quem seja competente, na Prefeitura. O envio deverá ser, preferencialmente, por meio eletrônico;
7. No caso de falta por motivo de doença, os atestados médicos originais deverão ser protocolados diretamente na Prefeitura, sendo necessário apenas envio de cópia para que a Chefia de Cartório Eleitoral possa fazer o registro no processo SEI da Biometria;
8. O servidor cedido que não tiver aproveitamento no serviço, mostrar-se insubordinado ou, por qualquer outro motivo, tiver comportamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inadequado durante o período da biometria, será devolvido pela Chefia de Cartório Eleitoral, mediante ofício, onde indicará o motivo da devolução;

9. A cessão se encerra de pleno direito, sem necessidade de formalidade alguma, escoado o prazo do atendimento ao eleitor para Revisão Biométrica, devendo o servidor cedido retornar ao seu órgão de origem imediatamente;

10. Não se formará vínculo hierárquico entre a Justiça Eleitoral e o servidor cedido, sendo o Chefe de Cartório Eleitoral apenas fiscal da cessão. Questões relacionadas com pagamento, situação funcional ou congêneres deverão ser resolvidas diretamente com a Prefeitura;

11. Disponibilizar servidores que não sejam filiados a partido político, sendo facultado ao TRE/RO solicitar a substituição daqueles que não se mostrarem aptos aos serviços;

12. Responsabilizar-se de modo exclusivo pelos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais incidentes, em suma, com todas as despesas diretas e indiretas com o pessoal disponibilizado para a consecução do objeto deste instrumento;

13. Informar aos servidores disponibilizados o dever de cumprir as normas e regulamentos internos da Justiça Eleitoral de Rondônia;

14. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, seus servidores causarem a terceiros ou ao Cooperado; e

15. Informar aos servidores disponibilizados o dever de manter sigilo sobre as informações de que tiverem conhecimento em razão dos trabalhos a serem desenvolvidos, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

16. A Prefeitura de São Miguel do Guaporé/RO se compromete a ceder, ainda, no período de 25/06/2019 a 12/07/2019, as instalações de uma sala, medindo 6mx8m, na Escola Primavera, localizada na Jacarandá, s/nº, Distrito de Santana do Guaporé, São Miguel do Guaporé/RO, CEP 76932-000, para realização da biometria, sendo o espaço acessível e dotado de ar-condicionado e acesso à internet de qualidade;

17. A Prefeitura de São Miguel do Guaporé será responsável pelo espaço físico, apenas cedendo o ambiente para a Justiça Eleitoral de Rondônia. Assim, as despesas com eletricidade, segurança, limpeza, água, segurança, gás ou afins serão custeadas pela Prefeitura;

18. A Prefeitura de São Miguel do Guaporé/RO será responsável por fornecer água potável aos eleitores que vierem participar do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recadastramento biométrico no Distrito de Santana do Guaporé, bem como copos para o consumo e lixo para o descarte;

19. A Prefeitura de São Miguel do Guaporé/RO será responsável pela limpeza dos banheiros e fornecimento de detergente e papel higiênico ao eleitor, bem como recolhimento e destinação adequada dos resíduos durante a revisão do eleitorado na Escola Primavera, no Distrito de Santana do Guaporé;

20. A Prefeitura de São Miguel do Guaporé/RO se compromete a deixar disponível, sempre que necessário, servidor da área de T.I. e eletricista para auxiliar nas demandas da revisão biométrica no Distrito de Santana do Guaporé/RO, informando os números de telefones dos responsáveis aos servidores da Justiça Eleitoral, sendo ônus da Prefeitura o pagamento pelos serviços caso não sejam realizados por servidores;

21. A Prefeitura de São Miguel do Guaporé/RO se compromete a abrir e a fechar o prédio em que ocorrerá a biometria na Escola Primavera, no Distrito de Santana do Guaporé, além de que a Prefeitura se compromete a zelar pela segurança dos pertences da Justiça Eleitoral através dos mesmos meios que utiliza para zelar pelos bens da Prefeitura;

22. A Prefeitura de São Miguel do Guaporé/RO será responsável pelos seus próprios bens, isentando o TRE-RO de qualquer responsabilidade pela guarda e conservação destes;

23. Durante o período da biometria, a sala descrita no item 16 desta cláusula será utilizada exclusivamente para os fins do atendimento biométrico, sendo vedados usos outros, tendo em vista o elevado preço dos equipamentos acondicionados; e

24. Foi agendada para 03/06/2019 a realização de vistoria pela Justiça Eleitoral, com auxílio da secretaria do TRE, no local cedido pela Prefeitura, na Escola Primavera, Distrito de Santana do Guaporé, ficando desde já estabelecido que a montagem dos equipamentos para atendimento ocorrerá de 22/06/2019 a 24/06/2019, período este em que o eletricista e o técnico de T.I. da Prefeitura deverão prestar auxílio à Justiça Eleitoral de Rondônia.

Subcláusula Primeira – A União, por meio do **TRE-RO**, está isenta de responsabilidade por qualquer dano que os servidores cedidos eventualmente venham causar a terceiros.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Em hipótese alguma a União, por meio do **TRE-RO**, terá qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária para com a Prefeitura, em relação a qualquer ação ou omissão praticada por esta última, ou por seus servidores, direta ou indiretamente relacionada a este instrumento celebrado que afete os beneficiários ou quaisquer terceiros.

Subcláusula Terceira – É expressamente vedada a menção de nomes de pessoas ou agentes públicos específicos, em decorrência do princípio da impessoalidade, sendo possível dar publicidade ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Prefeitura e a 35ª Zona Eleitoral, sem favorecimento de qualquer servidor ou autoridade.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência pelo período compreendido entre a data de sua publicação até o dia 30/09/2019, podendo ser prorrogado se houver interesse de ambas as partes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação Técnica não implica obrigações de natureza financeira para qualquer dos partícipes, que se comprometem a arcar, respectivamente, com eventuais custos que advierem de sua execução, dentro de sua respectiva competência.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Mediante Termo Aditivo, as partes, de comum acordo, poderão promover alterações ao presente Instrumento, desde que não importem em descaracterização do seu objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADESÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ter adesão de outros entes ou órgãos da Administração Pública, direta e indireta, com o apoio institucional e disponibilização de servidores na forma e nas condições nele estabelecidas, mediante assinatura de Termo de Adesão.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assumindo cada partícipe os respectivos ônus decorrentes das obrigações assumidas.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO DA EXECUÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

O acompanhamento, controle e execução do presente Acordo de Cooperação Técnica ficará sob responsabilidade do Fórum Eleitoral de São Miguel do Guaporé/RO – 35ª Zona Eleitoral.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento tem como fundamentação, no que for compatível, o contido no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a legislação que rege a matéria, em especial as Leis nºs 7.444, de 20 de dezembro de 1985 e 9.454, de 7 de abril de 1997, bem como as Resoluções TSE nº 21.538/2003 e 23.440/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O TRE-RO providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia – DJE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem em concordância, lavrou-se o presente instrumento, que, após lido e achado conforme pelas partes, foi assinado por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

Porto Velho/RO, 3 de junho de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Diretora Geral do TRE-RO

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO

Prefeito do Município de São Miguel do Guaporé/RO



Documento assinado eletronicamente por **CORNELIO DUARTE DE CARVALHO**, Usuário Externo, em 03/06/2019, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral, em 04/06/2019, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0420001** e o código CRC **16070AD0**.

0000963-82.2019.6.22.8000

0420001v4

Criado por 006007062364, versão 4 por 006007062364 em 03/06/2019 14:21:44.

PROCESSO: 0000963-82.2019.6.22.8000

INTERESSADO: 35^aZE

ASSUNTO: Análise – **Minuta** de Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre este Tribunal Regional Eleitoral e a Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – 35^a Zona- Revisão do Eleitorado 2019.

PARECER JURÍDICO Nº 0415592 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado para formalização de parcerias, por meio de Acordo de Cooperação Técnica – ACT, entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia/TRE-RO e entidades públicas com objetivo de comunhão de esforços para realização de revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos nas localidades do Estado de Rondônia contida no Provimento nº 3 - CGE, conforme termo de abertura ([0401336](#)).

02. Juntou-se aos autos o Ofício nº 556 GAB-DG que encaminha a Decisão do Excelentíssimo Senhor Corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Ministro Jorge Mussi, e Provimento nº 3 CGE, o qual torna pública a relação de localidades a serem submetidas à revisão de eleitorado com coleta de dados biométricos, pertinente ao Programa de Identificação Biométrica 2019-2020, mediante anexo do Provimento nº 1 CGE/2019 ([0401447](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. Ainda, a instrução do processo foi complementada pela Portaria nº 93/2019 ([0401457](#)), que institui o grupo de trabalho responsável pela referida revisão eleitoral, e o Plano Geral de Trabalho, com a descrição detalhada do projeto em questão ([0401465](#)).

04. Após Despacho nº 1212/201-PRES/DG/GABDG ([0401466](#)), a SECONT elaborou a minuta do ACT celebrado entre este Tribunal e a Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO ([0415296](#)).

05. Assim sendo, foi encaminhado os autos a esta Assessoria Jurídica para análise da referida minuta ([0415463](#)). É o necessário relato.

II – DA ANÁLISE

06. Inicialmente cabe registrar que convênio é um gênero que comporta várias espécies, dentre elas o Termo ou Acordo de Cooperação Técnica - ACT. Este pode ser conceituado como instrumento jurídico formalizado entre entidades da Administração Pública ou entre entidades privadas sem fins lucrativos, com o objetivo de firmar interesse na mútua cooperação técnica, visando execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.

07. A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de acordos da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. As **minutas** de editais de licitação, bem como as dos contratos, **acordos**, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.** (sem grifo no original)

08. De acordo com o art. 116 da Lei nº 8.666/93, é aplicável aos acordos, **no que couber**, o disposto na Lei de Licitações e Contratos. Nesse sentido, cabe análise da referida minuta de acordo de cooperação quanto à forma, ao conteúdo e à observância da legislação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09. Em relação à forma, embora se trate de ACT, cuja elaboração não exige maior rigor formal, porque **não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira**, a minuta anexa está alinhada, no que for compatível com as disposições do art. 55, da Lei nº 8.666/93, que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos, em especial:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

(...)

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

(...) (sem grifo no original)

10. Ademais, considerando que não há obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre as partes, é possível concluir que as minutas sob análise, também atendem, **no que forem compatíveis**, as disposições do art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece regras específicas para os acordos firmados pela Administração Pública.

11. Acerca do **conteúdo**, a minuta contempla o objeto do ajuste, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto de conjugação de esforços objetivando atender a revisão do eleitorado recadastramento biométrico e coletas de dados biográficos no município de São Francisco do Guaporé/RO, pertencente à jurisdição da 35ª Zona Eleitoral.

12. Com relação ao órgão municipal envolvido, destaca-se que o cerne das obrigações se encontra descrito na cláusula Terceira da minuta do ACT ([0415296](#)).

13. Por outro lado, à Justiça Eleitoral as principais obrigações presentes no ACT sob exame são disponibilização de servidores capacitados, disponibilização de material de divulgação, colocar a disponibilização da central de atendimento serviços, materiais, ações e iniciativas, disponibilizar os kit's biométricos para realização dos trabalhos de revisão do eleitorado. As demais incumbências são operacionais e decorrentes da natureza dos serviços da revisão biométrica.

14. Com relação à **legislação específica**, a realização de parcerias pela Justiça Eleitoral com entes da Administração Pública tem previsão expressa na Lei n. 7.444/1985, que dispõe sobre a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado, estando regulada, ainda, pela **Resolução TSE n. 23.440/2015 (com alteração no seu artigo 12 pelo artigo 4º da Resolução TSE nº 23.518/2017)**, que disciplina os procedimentos para a realização da atualização ordinária do cadastro eleitoral, com a implementação de nova sistemática de identificação do eleitor, mediante incorporação de dados biométricos e por meio de revisões de eleitorado de ofício, em municípios previamente selecionados pelos tribunais regionais eleitorais, veja-se:

Resolução TSE nº 23.518/2017:

Art. 4º - O [art. 12 da Resolução-TSE nº 23.440](#), de 19 de março de 2015, passa a vigorar com nova redação do caput e acrescido dos §§ 2º e 3º, alterando-se o atual parágrafo único para § 1º, nos seguintes termos:

Resolução TSE n. 23.440/2015:

[Art. 12.](#) As atividades relacionadas com a atualização do cadastro eleitoral mediante incorporação de dados biométricos, nos serviços ordinários ou de revisão, deverão ser supervisionadas por servidor do quadro de pessoal da Justiça Eleitoral, ou ainda por servidor requisitado ordinariamente ou em caráter extraordinário, cabendo aos tribunais regionais eleitorais examinar a conveniência e oportunidade de aplicação de outros instrumentos administrativos, inclusive os de contratação de pessoal de apoio administrativo, dado o caráter excepcional e temporário desses serviços, voltados à complementação das equipes de trabalho atuantes nas referidas atividades, considerando o grande volume de coletas biométricas a ser alcançado até o fechamento do cadastro eleitoral.

§ 1º Os convênios, acordos e/ou contratos de que trata este artigo deverão ser firmados com fundamento no [parágrafo único do art. 72](#) e no [inciso III do art. 92, ambos da Lei nº 7.444/1985](#).

§ 2º Na hipótese de contratação de pessoal de apoio administrativo para as atividades descritas no caput, será concedido o perfil apoio administrativo para acesso ao sistema ELO pelos profissionais alocados nos contratos celebrados.

§ 3º As funcionalidades do perfil apoio administrativo de que trata o § 2º serão definidas por provimento da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral.

Lei 7.444/1985:

Art. 7º - A Justiça Eleitoral executará os serviços previstos nesta Lei, atendidas as condições e peculiaridades locais, diretamente ou mediante convênio ou contrato.

Parágrafo único - Os convênios ou contratos de que cuida este artigo somente poderão ser ajustados com entidades da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou com empresas cujo capital seja exclusivamente nacional.

Art. 9º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções necessárias à execução desta Lei, especialmente, para definir:

(...)

III - as condições gerais para a execução direta ou mediante convênio ou contrato, dos serviços de alistamento, revisão do eleitorado, conferência e atualização dos registros eleitorais, inclusive de coleta de informações e transporte de documentos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

eleitorais, quando necessário, das Zonas Eleitorais até os Centros de Processamento de Dados;

(...)

15. Nesses termos, verifica-se que a parceria buscada por meio do Acordo de Cooperação que se pretende firmar com o Órgão Municipal em questão (0415463), encontram-se em conformidade com a **Lei nº 7.444/85, Resolução TSE nº 23.440/2015**, como também com os parâmetros normativos da **Lei nº 8.666/93**, verificando-se, por fim, que as partes do ajuste encontram-se no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, que no caso estão claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

III – DA CONCLUSÃO

16. Diante do exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos e condições da minuta do Acordo de Cooperação Técnica anexado a este procedimento ([0415463](#)), estando o instrumento apto a normatizar os ajustes propostos.

17. Por fim, registra-se que esta unidade jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos do instrumento de acordo, conforme pedido a ela submetido, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 17/05/2019, às 17:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 17/05/2019, às 17:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0415592** e o código CRC **C2300F0F**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0000963-82.2019.6.22.8000

0415592v4

Criado por 014827562356, versão 4 por 004891562321 em 17/05/2019 17:47:13.

PROCESSO: 0000455-10.2017.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – ENTIDADES PÚBLICAS.

DESPACHO Nº 2225 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se da formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre este Tribunal e Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, com o propósito de promover logística adequada para a realização das atividades de revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos no referido município, pertencente à jurisdição da 35ª Zona Eleitoral.

Os autos foram instruídos com o Provimento CGE nº 03/2019 ([0401447](#)) que aprovou a inclusão dos referidos municípios na revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos; Portaria do TRE/RO n. 93/2019 ([0401457](#)), que instituiu o Grupo Gestor responsável pela coordenação da revisão eleitoral nos municípios rondonienses, bem assim o Plano de Trabalho juntado ao evento n. [0401465](#).

Após determinação desta Diretoria, o Chefe de Cartório da 35ª Zona Eleitoral juntou as informações necessárias para elaboração do acordo no evento de n. [0415108](#).

Em seguida, foi juntada a minuta do Acordo de Cooperação ([0415296](#)) e submetida à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral, a qual, por meio do Parecer n. [0415592](#) aprovou os termos e condições contidas na referida minuta, tendo em vista tal instrumento estar apto a normatizar o ajuste proposto.

O Secretário da SAOFC nos termos da manifestação 747 (evento n. [0415650](#)) encaminhou o feito para apreciação e deliberação.

No que diz respeito à forma e conteúdo, nos termos do bem lançado parecer da AJDG, fica claro que a minuta anexa atende a todas as disposições normativas que regem a matéria. Verifica-se, também, que as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

partes do ajuste se encontram no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, estando claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

Cabe registrar que as parcerias buscadas por meio do Acordo de Cooperação que se pretende firmar com o Órgão Municipal em questão, encontram-se em conformidade com a **Lei n. 7.444/85, Resolução TSE n. 23.440/2015**, como também com os parâmetros normativos da **Lei n. 8.666/93**.

Assim, adotando os fundamentos contidos no Parecer Jurídico nº [0415592/2019](#) - AJDG, com base no art. 1º, inciso II, da Portaria TRE-RO nº 66/2018, **AUTORIZO a celebração de Acordos de Cooperação Técnica entre este Tribunal e a Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé/RO ([0415296](#))**, cuja minuta foi aprovada pela AJDG, com vistas à realização da revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos no referido município.

À SAOFC para a adoção das providências necessárias para a formalização dos Acordos de Cooperação.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Diretor(a)-Geral - Em Substituição**, em 29/05/2019, às 14:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0418838** e o código CRC **B0846CBC**.

0000963-82.2019.6.22.8000

0418838v3

Criado por 010103792313, versão 3 por 010103792313 em 29/05/2019 12:48:27.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº. 18/2019/TRE-RO, assinado em 04/06/2019, firmado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO, CNPJ: 04.565.735/0001-13 e a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, CNPJ: 22.855.167/0001-77; Objeto: Comunhão de esforços para a realização de revisão com coleta de dados biométricos do eleitorado no município de São Miguel do Guaporé/RO. Fundamentação Legal: Art. 116 da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações; Lei nº. 7.444/1985; Resoluções TSE nºs. 21.538/2003 e 23.440/2015. Vigência: A contar da publicação até o dia 30/09/2019. Signatários: Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e Excelentíssimo Senhor CORNELIO DUARTE DE CARVALHO, Prefeito do Município de São Miguel do Guaporé/RO. Processo SEI n. 0000963-82.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 06/06/2019, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0421595** e o código CRC **36EF2598**.